

Companhia  
Transudeste de  
Transmissão

**Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2018 e 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório anual da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais</b>	<b>6</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração dos resultados</b>	<b>11</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>12</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>13</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>14</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>15</b>

## **COMPANHIA TRANSUDESTE DE TRANSMISSÃO**

**CNPJ: 07.085.630/0001-55**

### **Relatório anual da Administração**

#### **Aos acionistas**

Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transudeste de Transmissão apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2018, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

#### **A Companhia**

A Companhia Transudeste de Transmissão tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2005, lote F - ANEEL, datado de 04 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 140 km de extensão, tendo origem na subestação de Itutinga, e término na subestação de Juiz de Fora, ambas no Estado de Minas Gerais.

#### **Sistema de transmissão**

As instalações de transmissão da Companhia Transudeste de Transmissão integram a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos e entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados por Furnas Centrais Elétricas S.A e CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transudeste de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

## Disponibilidade da Linha de Transmissão

	31.12.2018	31.12.2017
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	99,99%	100%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

## Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

1. Aguardamos por parte da ANEEL, manifestação e o encerramento do projeto estratégico “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira”, referente à Chamada nº 013/2011 de responsabilidade da Proponente Furnas.
2. Em andamento a terceira etapa da pesquisa sobre malha de aterramento do Projeto “Malha de Aterramento de Baixa impedância para Torre da LT Utilizando Eletrodos Verticais Profundos’ em parceria com a Transleste (Proponente), UFMG (Executora) e as cooperadas: Transudeste e Transirapé.
3. Através da Transleste como proponente iniciamos as primeiras tratativas de contratação da UFMG, em parceria com a UFCG (Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba), para o início do projeto “Utilização de uma Linha de Transmissão existente de 345 kV, como Linha Piloto para Experimentação de Novas Técnicas de Melhorias do Desempenho frente a Descargas Atmosféricas”. Projeto que fará o diagnóstico do resultado da medição de resistências de aterramento em algumas das torres da linha de transmissão da Cia Transudeste.

## Responsabilidade Socioambiental

1. No mês de outubro de 2018 realizamos nos municípios de Antonio Carlos e Santos Dumont em Minas Gerais, palestras de Educação Ambiental e Comunicação Social de forma renovada e lúdica, conscientizando a população local do perigo e do potencial das queimadas e suas condições letais ao meio ambiente, distribuindo em seguida amplo material educativo. Antecipando o tema principal da palestra “Queimada”, divulgamos durante dois meses (agosto e setembro de 2018), através da principal rádio da região, um spot alertando e conscientizando a população local do perigo das queimadas.
2. No programa de Comunicação Social visitamos aleatoriamente alguns proprietários ao longo da linha, esclarecendo dúvidas e a importância da linha de transmissão para a comunidade.

3. A renovação da nossa Autorização de Intervenção Ambiental – AIA junto do SUPRAM – ZM de Ubá fez com que pudéssemos manter as mesmas ações de conservação, manutenção e limpeza da faixa da servidão, com vistas à prevenção de prováveis interferências da vegetação na operação e segurança da linha.

### **Desempenho econômico-financeiro**

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

Os resultados da Companhia no exercício foram:

	<b>Regulatório</b>	<b>Regulatório</b>	<b>Societário</b>	<b>Societário</b>
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
	<b>(Não auditado)</b>			
Lucro Líquido	14.919	15.425	13.350	16.493
EBITDA	21.531	20.917	17.314	19.452

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e ao Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone +55 (31) 2128-5700, Fax +55 (31) 2128-5702  
www.kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas, Conselheiros e administradores da**

**Companhia Transudeste de Transmissão S.A.**

**Belo Horizonte - MG**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Transudeste de Transmissão S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Transudeste de Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aqueles que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Mensuração do ativo de contrato relacionado a construção da infraestrutura de transmissão

Veja as Notas 3.2, 3.6, 3.10 e 14 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado em suas demonstrações financeiras, na rubrica “Contas a receber Ativo Contratual” o montante de R\$ 85.955 mil, enquadrado no escopo do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita financeira.</p> <p>A mensuração do ativo de contrato envolve julgamentos e premissas significativas, tais como: (i) as margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e (ii) a taxa de desconto aplicada, que representa o componente de financiamento embutido no fluxo de recebimento futuro. Devido a relevância dos valores envolvidos, os julgamentos e as premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato e o impacto significativo nas demonstrações financeiras, consideramos a mensuração do ativo de contrato como um assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Obtenção do entendimento sobre os controles internos chave relacionado a valorização do ativo contratual; (ii) leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance, além de outros aspectos relacionados ao preço do contrato; (iii) avaliação, com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, dos julgamentos e premissas relevantes utilizadas, tais como: margem de construção e margem de operação e manutenção; (iv) avaliação da taxa de desconto utilizada; (v) avaliação das projeções de receitas esperadas; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os



eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

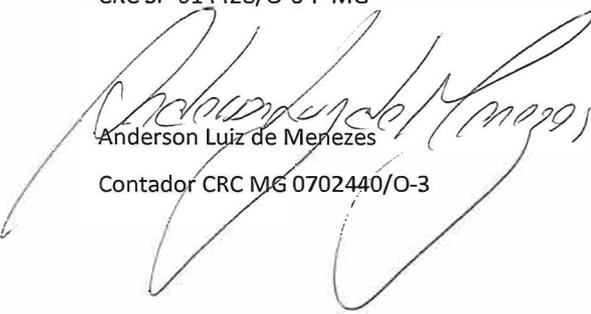
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 30 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6-F-MG



Anderson Luiz de Menezes

Contador CRC MG 0702440/O-3

## Companhia Transudeste de Transmissão

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo</b>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.096	2.026
Contas a receber Concessionárias e Permissionárias	6	2.659	2.626
Contas a receber ativo financeiro	6	-	24.567
Contas a receber ativo contratual	6	21.179	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	7	73	118
Outros ativos circulantes		<u>1.465</u>	<u>1.252</u>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b><u>28.472</u></b>	<b><u>30.589</u></b>
Não circulante			
Contas a receber Concessionárias e Permissionárias	6	240	203
Contas a receber ativo financeiro	6	-	76.610
Contas a receber ativo contratual	6	64.776	-
Outros ativos não circulantes		11	11
Imobilizado		14	18
Intangível		<u>3</u>	<u>22</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b><u>65.044</u></b>	<b><u>76.864</u></b>
<b>Total ativo</b>		<b><u>93.516</u></b>	<b><u>107.453</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Passivo</b>			
Circulante			
Fornecedores		208	172
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	12.209	4.052
Dividendos a pagar	12d	-	3.917
Tributos e contribuições sociais	7	635	638
Pis e Cofins diferidos	8	791	-
Encargos regulatórios	10	1.367	1.201
Encargos regulatórios diferidos	8	650	-
Outros passivos circulantes		<u>42</u>	<u>37</u>
<b>Total do passivo circulante</b>		<b><u>15.902</u></b>	<b><u>10.017</u></b>
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	33.476	45.648
Pis e Cofins diferidos	8	2.371	-
Imposto de renda e CSSL diferidos	7	2.669	3.147
Encargos regulatórios diferidos	8	<u>1.949</u>	<u>-</u>
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b><u>40.465</u></b>	<b><u>48.795</u></b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	12	30.000	30.000
Reserva de lucros		<u>7.149</u>	<u>18.641</u>
		-	-
<b>Total patrimônio líquido</b>		<b><u>37.149</u></b>	<b><u>48.641</u></b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>93.516</u></b>	<b><u>107.453</u></b>

# Companhia Transudeste de Transmissão

## Demonstração dos resultados

Período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	14	<b>19.746</b>	<b>21.761</b>
Custo de operação			
Serviços de terceiros		(890)	(912)
Pessoal		(227)	(218)
Material		(13)	(6)
Outros		(441)	(355)
		<b>(1.571)</b>	<b>(1.491)</b>
Lucro operacional bruto		<b>18.175</b>	<b>20.270</b>
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		(546)	(494)
Material		(5)	(6)
Serviços de terceiros		(240)	(268)
Outras		(70)	(73)
		<b>(861)</b>	<b>(841)</b>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		<b>17.314</b>	<b>19.429</b>
Resultado financeiro			
Receita financeira	15	339	689
Despesa financeira	15	(3.554)	(2.688)
		<b>(3.215)</b>	<b>(1.999)</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<b>14.099</b>	<b>17.430</b>
Imposto de renda corrente	13	(577)	(650)
Contribuição social corrente	13	(309)	(333)
IR e CS diferidos		137	45
		<b>(749)</b>	<b>(938)</b>
Lucro líquido do exercício		<b>13.350</b>	<b>16.492</b>
Lucro por ações		<b>0,45</b>	<b>0,55</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

# Companhia Transudeste de Transmissão

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Reserva de lucros					Total
	Capital Social	Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros acumulados	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>30.000</b>	<b>5.067</b>	<b>50.371</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>85.438</b>
Lucro líquido do exercício					16.492	<b>16.492</b>
Dividendos declarados			(49.372)		(3.917)	<b>(53.289)</b>
Reserva legal		824			(824)	-
Reserva de lucros do exercício				11.751	(11.751)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>30.000</b>	<b>5.891</b>	<b>999</b>	<b>11.751</b>	<b>-</b>	<b>48.641</b>
Efeitos CPC 47 acumulados 2017					(16.791)	(16.791)
Absorção de prejuízos	-	-	(3.441)	-	3.441	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.350	13.350
Dividendos declarados	-	-	-	(8.050)	-	(8.050)
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros do exercício	-	-	3.701	(3.701)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>30.000</b>	<b>5.891</b>	<b>1.259</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>37.150</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

# Companhia Transudeste de Transmissão

## Demonstração do resultado abrangente

Período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	13.350	16.492
Outros resultados abrangentes	-	-
	<hr/>	<hr/>
Resultado abrangente total do exercício	<u>13.350</u>	<u>16.492</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

# Companhia Transudeste de Transmissão

## Demonstração dos fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	13.350	16.492
Depreciação e amortização	22	22
Encargos s/empréstimos e variações monetárias e cambiais	3.401	2.382
Outras Variações	61	268
Baixa de ativos	2	-
	<u>16.836</u>	<u>19.164</u>
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber Concessionárias e Permissionárias	(70)	8
Contas a receber ativo financeiro / contratual	(1.569)	680
Tributos e contribuições sociais	45	8
Outros ativos	(213)	(75)
	<u>(1.807)</u>	<u>621</u>
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	36	50
Tributos diferidos	2.684	(45)
Tributos e contribuições sociais	(3)	25
Encargos regulatórios	2.704	103
Outros passivos	5	(6)
	<u>5.426</u>	<u>127</u>
Caixa gerado pelas das atividades operacionais	<u>20.455</u>	<u>19.912</u>
Juros pagos	<u>(3.334)</u>	<u>(2.609)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>17.121</u>	<u>17.303</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações no imobilizado	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa líquido utilizado nas das atividades de investimento	<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Emissão de debentures ou empréstimos tomados	-	49.622
Pagamentos de dividendos	(11.969)	(50.260)
Amortização das parcelas do financiamento	(4.082)	(18.762)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(16.051)</u>	<u>(19.400)</u>
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.070</u>	<u>(2.097)</u>
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.026	4.123
Saldo Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>3.096</u>	<u>2.026</u>
	1.070	2.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 1 Contexto operacional

A Companhia Transudeste de Transmissão foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 25 de outubro de 2004 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 23 de fevereiro de 2007.

Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG Geração e Transmissão e por FURNAS Centrais Elétricas, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 005/2005, de 04 de março de 2005, foi outorgado à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora - 345 kV pelo período de 30 anos (março/2035).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão					
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP R\$ (*)	Índice de correção	
005/2005	30	04/03/2035	26.368	IGP-M	

(\*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2408 de 26/06/2018.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

## **2 Apresentação das demonstrações contábeis**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e determinados dispositivos da lei societária.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **2.2 Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **2.4 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

### **3 Sumário das principais práticas contábeis**

#### **3.1 Instrumentos financeiros**

##### **Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### **Classificação e mensuração subsequente**

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

##### **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração.

##### **Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:**

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado

**Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

**Desreconhecimento**

**Ativo Financeiro**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

**Passivos financeiros**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

### **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **Redução ao valor recuperável**

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

### **Mensuração das perdas de crédito esperadas**

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

### **Ativos financeiros com problemas de recuperação**

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

### **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

### **Baixa**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

### **3.2 Contratos de concessão:**

O contrato de concessão prevê que o concessionário atua como prestador de serviço de implantação, ampliação, reforço ou melhoria da infraestrutura bem como a operação e manutenção dessa infraestrutura durante o prazo do contrato. A Transudeste registra e mensura a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão como ativo contratual.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária cumpre a obrigação de implantar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Transudeste cumpre a obrigação de operar e manter a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pelo cumprimento da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão. Estes recebimentos amortizam os investimentos na infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 8,5% a.a. e 11,60% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGPM A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão “RGR” e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica “TFSEE”) registrados no passivo não circulante.

### **3.3 Tributação**

#### **3.3.1 Impostos sobre a receita**

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% ;

#### **3.3.2 Imposto de renda e contribuição social:**

##### *Correntes*

O Imposto de renda e a Contribuição social da Transudeste são calculados pelo regime de lucro presumido, e são obtidos com base alíquotas presumidas de 8% e 12% para imposto de renda e contribuição social, respectivamente.

##### *Diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

### **3.4 Taxas regulamentares**

#### **3.4.1 Reserva Global de Reversão**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% da Receita Anual Permitida - RAP.

#### **3.4.2 Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% da RAP líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica encargos regulatórios, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

#### **3.4.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

### **3.5 Ajuste a valor presente**

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

### **3.6 Receita**

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas conforme a seguir:

#### **3.6.1 Receita de implantação de infraestrutura**

Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a TRANSUDESTE utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.

#### **3.6.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão**

Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

#### **3.6.3 Receitas de operação e manutenção**

Após a fase de implantação de infraestrutura inicia - se a fase de operação e manutenção, quando essa receita, é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

#### **3.6.4 Parcela Variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)**

A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. As duas situações são reconhecidas como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem. A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste Parcela

### **3.7 Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

### **3.8 Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

### **3.9 Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

### **3.10 Principais mudanças nas políticas contábeis**

A Transudeste adotou os pronunciamentos e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, que são:

- CPC nº47 – Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers)

Na adoção do CPC 47, a Transudeste aplicou o método do efetivo cumulativo, não reproduzindo os efeitos deste CPC para o exercício comparativo de 2017. Os ajustes dos saldos contábeis em função da adoção inicial foram registrados em lucros acumulados.

A Transudeste avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.1.2, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o Contas a receber de Implantação da Infraestrutura, até então, classificado como ativo financeiro, e cujo saldo totalizava, em 1º de janeiro de 2018 R\$ 102.120, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$ 91.043. Foi contabilizado nos lucros acumulados o valor de (R\$11.077) referentes ao efeito do Ativo contratual até 2017 e os impostos sendo Pis e Cofins e encargos regulatórios como, RGR e Tx de fiscalização no montante de (R\$5.713), totalizando (R\$16.791), líquido.

- **CPC nº48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9 Financial Instruments)**

O CPC 48 trouxe como principais modificações, para a Companhia: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (impairment) para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas em substituição ao modelo de perdas incorridas e (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma. A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

#### **Classificação e mensuração**

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo das demonstrações contábeis.

	<b>Classificação CPC 38</b>	<b>Classificação CPC 48</b>
Caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Titulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

#### **Redução ao valor recuperável – Ativos financeiros e ativos contratuais**

A Companhia optou pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando em uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na rubrica de Contas a receber de clientes. Para o exercício de 2018, a Companhia realizou uma análise de crédito de seus clientes, e concluiu não haver indícios de perdas de crédito para os faturamentos realizados. Para os demais ativos financeiros, a Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

## **4 Pronunciamentos novos ou revisados ainda não efetivos**

### **CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil**

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário

reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de eventos como, mudança no prazo do arrendamento, nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos e cujos valores não são representativos, assim não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

#### **ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda**

Essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

A Companhia está em processo de avaliação das incertezas e não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

## **5 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Caixa	2	2
Bancos	998	24
Aplicações Financeiras	2.096	2.000
<b>Total</b>	<b>3.096</b>	<b>2.026</b>

As aplicações financeiras de 2018 e 2017 referem-se ao Fundo de Investimento no Banco do Brasil, com modalidade de aplicação nomeada “ BB Amplo Fic Fi Renda Fixa Crédito Privado” com remuneração pós-fixada de 94,62% do CDI.

## **6 Contas a receber /**

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Concessionárias e permissionárias (6.1)	<b>2.899</b>	2.561
Concessionárias e permissionárias - partes relacionadas	-	268
Ativo contratual financeiro (6.2)	-	101.177
Ativo contratual contratual (6.2)	<b>85.955</b>	-
	<b>88.854</b>	<b>104.006</b>
Ativo circulante	<b>23.838</b>	27.193
Ativo não circulante	<b>65.016</b>	76.813

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

**6.1 Concessionárias e permissionárias**

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

**6.2 Ativo financeiro / contratual**

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, inclusive Parcelas de ajuste e Rateio de Antecipação constantes no AVC;

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão;

- (b) Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2018:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>102.042</b>
Receita de operação e manutenção	2.408
Remuneração do ativo financeiro	21.231
Realização do ativo financeiro	(24.504)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>101.177</b>
Adoção CPC 47	(13.952)
Receita de operação e manutenção	4.993
Remuneração do ativo contratual da concessão	16.437
Realização do ativo contratual	(22.700)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>85.955</b>
Contas a receber ativo financeiro - circulante	21.179
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	<b>64.776</b>

- As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão do desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

## 7 Tributos e contribuições sociais

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Ativo circulante		
PIS/COFINS/CSLL - Lei 10.833/2003	20	19
IRRF a compensar	<u>53</u>	<u>99</u>
	<u>73</u>	<u>118</u>
Passivo circulante		
IRPJ	242	272
CSLL	127	133
COFINS	200	167
Outros	<u>66</u>	<u>66</u>
	<u>635</u>	<u>638</u>
Passivo não circulante		
IR e CS diferido (a)	<u>2.669</u>	<u>3.147</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

### a. IR e CS diferidos

Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.192
Imposto diferido reconhecido no resultado	(45)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.147</b>
Efeitos CPC47 acumulado até exercício até 2017	(222)
Imposto diferido reconhecido no resultado	(256)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.669</b>

## 8 Impostos e encargos diferidos

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
COFINS Diferido	2.599	-
PIS Diferido	563	-
RGR Diferido	2.253	-
TFSEE Diferido	346	-
Total	<u>5.761</u>	<u>-</u>
Circulante	1.441	-
Não circulante	4.320	-

O diferimento das contribuições e encargos regulatórios diferidos é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão

apurada sobre o ativo de concessão e registrado conforme competência contábil.  
 O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

## 9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2018			31/12/2017		
	Circulante		Total	Não Circulante		Total
	Principal	Encargos		Principal	Total	
Debêntures	12.173	36	12.209	33.476	45.685	49.700
<b>Total</b>	<b>12.173</b>	<b>36</b>	<b>12.209</b>	<b>33.476</b>	<b>45.685</b>	<b>49.700</b>

O saldo da conta de empréstimos, financiamentos e Debêntures não conversíveis em 31/12/2018 referem-se a valores correspondentes a 2ª emissão de Debêntures emitidas 26/09/2017, sem garantias, através do Banco Itaú Unibanco S.A. e Itaú Corretora de valores.S.A. O prazo da operação é de 05 anos com vencimento em 22/09/2022, as amortizações tem carência de 01 ano para pagamento do principal e o pagamento de juros serão mensais. O 1º pagamento da amortização ocorreu em set/2018.

A remuneração, renderão juros de 100% variação acumulada DI (dia) somados a taxa efetiva de 0,7750% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 31º mês da data da emissão.

Caso o limite da dívida líquida ultrapasse o valor de R\$ 74.871 até junho/2021 e R\$ 69.753 a partir de julho/2021, a Cia deverá calcular a correção monetária da dívida pela atualização do IGPM desde 01/01/2017.

Não existem cláusulas restritivas (*covenants*) para os contratos acima.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos pela emissão das debêntures a longo prazo são:

Ano	Total
2020	12.173
2021	12.173
2022	9.130
<b>TOTAL</b>	<b>33.476</b>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	19.067
<b>Empréstimos contraídos</b>	<b>49.622</b>
Provisões de juros	2.382
Juros pagos	(2.609)
Amortizações de principal	(18.762)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>49.700</b>
<b>Empréstimos contraídos</b>	<b>-</b>
<b>Provisões de juros</b>	<b>3.401</b>
<b>Juros pagos</b>	<b>(3.334)</b>
<b>Amortizações de principal</b>	<b>(4.082)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>45.685</b>

## 10 Encargos Regulatórios

	31/12/2018	31/12/2017
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	24	30
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	1.197	1.037
Taxa de Fiscalização ANEEL	146	134
Total	<b>1.367</b>	<b>1.201</b>
Circulante	<b>1.367</b>	<b>1.201</b>

## 11 Parte relacionada

### Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2018 a remuneração anual da Administração como Diretoria e Conselho foi no total de R\$202, composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

## 12 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social autorizado e integralizado era de R\$30.000, representado por 30.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de ações - 2018</b>			
	<b>Integralizadas</b>		<b>% do Capital</b>	
	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Votante</b>	<b>Total</b>
Transminas Holding S/A	12.300.000	-	41%	41%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	7.200.000	-	24%	24%
Centrais Eletricas Brasileiras S.A.	7.500.000	-	25%	25%
EATE	3.000.000	-	10%	10%
	<u>30.000.000</u>	<u>-</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>

<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de ações - 2017</b>			
	<b>Integralizadas</b>		<b>% do Capital</b>	
	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Votante</b>	<b>Total</b>
Transminas Holding S/A	12.300.000	-	41%	41%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	7.200.000	-	24%	24%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	7.500.000	-	25%	25%
EATE	3.000.000	-	10%	10%
	<u>30.000.000</u>	<u>-</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>

Em novembro/2017 foi formalizado a transferência das ações da CEMIG para TAESA.  
Em Agosto de 2018 foi formalizado a transferência das ações de Furnas para Eletrobrás.

## **b. Reservas de lucro**

### **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social da Cia.  
Neste exercício não foi constituída devido a absorção dos efeitos do CPC 47 no exercício.

### **Reserva de retenção de lucros**

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

Em atendimento ao disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei 11.638/07, a Assembleia Geral Ordinária da Companhia deliberará futuramente sobre a destinação da conta de Reserva de Retenções de Lucros.

**Dividendos Adicionais propostos**

A distribuição dos dividendos adicionais estão sendo propostos a assembléia dos acionistas.

**c. Destinação do lucro líquido**

**31/12/2018**

Lucro Líquido do Exercício	13.350
Absorção de prejuízos 2017	(16.791)
Reserva de retenção de lucros	(3.441)

**d. Dividendos declarados**

Nas demonstrações contábeis não foi demonstrado distribuição dividendos mínimos obrigatórios porque os efeitos do CPC 47 absorveram todo o Lucro Líquido do exercício de 2018 .

<b>Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2016</b>	<b><u>888</u></b>
Destinação ARCA/AGO	49.372
Dividendos pagos no exercício	(50.260)
Div. Declarados Mínimo obrigatório do exercício	<u>3.917</u>
<b>Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2017</b>	<b><u>3.917</u></b>
Destinação ARCA/AGO	8.051
Dividendos pagos no exercício	(11.968)
Div. Declarados Mínimo obrigatório do exercício	<u>-</u>
<b>Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2018</b>	<b><u>-</u></b>

### 13 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2018		31/12/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de concessão de transmissão	2.426	2.426	2.408	2.408
Remuneração de ativos da concessão	<u>21.521</u>	<u>21.521</u>	<u>21.232</u>	<u>21.232</u>
Receita Operacional	23.947	23.947	23.640	23.640
Receita Ajustada	<u>1.878</u>	<u>1.878</u>	<u>1.465</u>	<u>1.465</u>
Receita operacional ajustada	25.825	25.825	25.105	25.105
Alíquota aplicada sobre a receita	<u>8%</u>	<u>12%</u>	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Subtotal	2.066	3.099	2.008	3.013
Receitas financeiras	<u>339</u>	<u>339</u>	<u>689</u>	<u>689</u>
Base de cálculo	2.405	3.438	2.697	3.702
Alíquotas utilizadas para o cálculo	<u>15% e 10%</u>	<u>9%</u>	<u>15% e 10%</u>	<u>9%</u>
<b>Total</b>	<b><u>577</u></b>	<b><u>309</u></b>	<b><u>650</u></b>	<b><u>333</u></b>

No ano 2018 a Companhia optou pelo Forma de tributação baseada no Lucro Presumido.

A Companhia possui antecipação da tutela garantindo o cálculo de IRPJ e CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

### 14 Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receita operacional bruta</b>		
Receita de operação e manutenção	4.992	2.408
Remuneração dos ativos financeiros da concessão	-	21.232
Remuneração dos ativos financeiros contratual	16.437	-
Parcela Variável (-)	<u>(19)</u>	<u>-</u>
	<b><u>21.410</u></b>	<b><u>23.640</u></b>
<b>Deduções da receita operacional</b>		
PIS	(139)	(163)
COFINS	(643)	(753)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(556)	(627)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(240)	(238)
Taxa de Fiscalização	<u>(86)</u>	<u>(98)</u>
	<b><u>(1.664)</u></b>	<b><u>(1.879)</u></b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u>19.746</u></b>	<b><u>21.761</u></b>

## 15 Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas Financeiras		
Rendimentos aplicação financeira	302	689
Outros Receitas Financeiras	37	-
	<u>339</u>	<u>689</u>
Despesas Financeiras		
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(3.399)	(2.382)
Variações cambiais e monetárias diversas	(106)	(268)
Outras despesas financeiras	(49)	(38)
	<u>(3.554)</u>	<u>(2.688)</u>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b><u>(3.215)</u></b>	<b><u>(1.999)</u></b>

## 16 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### a. Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feito por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos instrumentos financeiros e suas classificações:

<b>Em 31/12/2018</b>	<b>Valor Justo po meio De resultado</b>	<b>Custo amortizado</b>
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.096
Contas a receber	88.854	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	45.685
Fornecedores	-	208
<b>Total</b>	<b>88.854</b>	<b>48.989</b>

<b>Em 31/12/2017</b>	<b>Valor Justo po meio De resultado</b>	<b>Custo amortizado</b>
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.026
Contas a receber	104.006	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	49.700
Fornecedores	-	172
<b>Total</b>	<b>104.006</b>	<b>51.898</b>

**b. Gestão de riscos**

A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

***Risco de crédito***

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 879 usuários, com cláusula de garantia bancária.

***Risco de preço***

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. Risco de taxas de juros.

A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos e ter redução de rentabilidade nas aplicações financeiras em renda fixa.

***Risco de liquidez***

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: - manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

**Análise de sensibilidade**

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros - aplicações financeiras  
 Análise de sensibilidade elaborada sobre a receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. O cenário II foi calculado aumento destas taxas em 31 de dezembro de 2018.

*Cenário I*

	Saldo conta aplicações	Indexador	Receita financeira em 31/12/2018	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano	
				Risco de redução	
Aplicações financeiras				(-25%)	(-50%)
BB Amplo	2.096	CDI	7,13% 149	5,35% 112	3,57% 75

*Cenário II*

	Saldo conta aplicações	Indexador	Receita financeira em 31/12/2018	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano	
				Risco de aumento	
Aplicações financeiras				(+25%)	(+50%)
BB Amplo	2.096	CDI	7,13% 149	8,91% 187	10,69% 224

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros - empréstimos e financiamentos

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos financiamentos em aberto no final do exercício, com risco vinculado a CDI.

O cenário I considera uma diminuição sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante da dívida atual das debêntures que são remuneradas pelo CDI. O cenário II foi calculado aumento destas taxas em 31 de dezembro de 2018.

*Cenário I*

	Posição em 31/12/2018	Indexador	Despesas Financeiras em 31/12/2018	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano	
				Risco de redução	
<b>CDI</b>				<b>(-25%)</b>	<b>(-50%)</b>
Debêntures	45.685	CDI	7,13% 3.257	5,35% 2.444	3,57% 1.631

*Cenário II*

	Posição em 31/12/2018	Indexador	Despesas Financeiras em 31/12/2018	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano	
				Risco de aumento	
<b>CDI</b>				<b>(+25%)</b>	<b>(+50%)</b>
Saldo de Debêntures	45.685	CDI	7,13% 3.257	8,91% 4.071	10,69% 4.883

**c. Operações com derivativos**

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

**17 Provisão para contingências**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía alguns pequenos processos judiciais em aberto de natureza cível (fundário) com riscos de perdas remotas.

## **18 Benefícios a empregados**

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: participação nos lucros, seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

\* \* \*

### **Conselho de Administração**

Enio Luigi Nucci – Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho – Conselheiro

Ricardo Fraga Abdo – Conselheiro

Paulo Augusto Nepomuceno Garcia – Conselheiro

José Aloíse Ragone Filho – Conselheiro

### **Diretoria**

José Renato Simões Machado - Diretor Técnico

Eduardo A.de Figueiredo - Diretor Adm.Financeiro

### **Contadora responsável**

Flávia Miranda Silva Pereira  
Contadora CRC N° MG-067247/0-2